

00702648  
M. SP. 01/11/95



# SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

## DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP

PORTARIA DAEE Nº **1687**, DE **05** JUNHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei Federal 9433 de 08/01/97, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução aos requerimentos constantes dos Autos nº 9300690, Vol. 005 - DAEE

### DETERMINA

ARTIGO 1º - Fica outorgada à PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, CNPJ 45.351.749/0001-11, concessão administrativa para utilizar recursos hídricos, no município de ORLÂNDIA, para fins de abastecimento público, conforme abaixo relacionado:

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM			Prazo (anos)	VAZÃO M³/H	PERÍODO	
		N	E	MC			H/D	D/M
Poço Local-003 (P - 01) DAEE 061-0097	Aqüífero Serra Geral Rua 10, com Av. 01, Vila Marcussi	7.706,50	199,95	45	10	44,00	20	todos
Poço Local-004 (P - 02) DAEE 061-0098	Aqüífero Serra Geral Av. 10, com Anel Viário, Centro	7.705,14	198,98	45	10	180,00	20	todos
Poço Local-005 (P - 04) DAEE 061-0099	Aqüífero Guarani (Botucatu/ Pirambóia) Parque Ciro Armando Catta Preta, Gruta	7.705,24	198,24	45	10	113,00	20	todos
Poço Local-006 (P - 05) DAEE 061-0100	Aqüífero Guarani (Botucatu/ Pirambóia) Rua 10 com Av. A, Vila Marcussi	7.706,72	199,96	45	10	100,00	20	todos
Poço Local-007 (P - 06) DAEE 061-0101	Aqüífero Serra Geral Margem do Córrego Capão do Meio, Jardim Santa Rita	7.705,99	202,53	45	10	9,00	20	todos
Poço Local-008 (P - 07) DAEE 061-0102	Aqüífero Serra Geral Margem do Córrego Capão do Meio, Jardim Santa Rita	7.705,90	202,46	45	10	9,00	20	todos
Poço Local-009 (P - 08) DAEE 061-0103	Aqüífero Serra Geral Margem do Córrego Capão do Meio, Jardim Santa Rita	7.705,67	202,38	45	10	15,00	20	todos
Poço Local-010 (P - 09) DAEE 061-0104	Aqüífero Serra Geral Margem do Córrego Capão do Meio, Jardim Santa Rita	7.705,92	202,52	45	10	7,00	20	todos
Poço Local-011 (P - 10) DAEE 061-0105	Aqüífero Serra Geral Margem do Córrego Capão do Meio, Jardim Santa Rita	7.705,91	202,52	45	10	7,00	20	todos
Poço Local-012 (P - 11) DAEE 061-0106	Aqüífero Serra Geral Próximo ao Córrego Capão do Meio, Jardim Marico	7.705,46	202,33	45	10	58,00	20	todos

ARTIGO 2º - As captações de águas subterrâneas, deverão ser dotadas de equipamentos de medição e registro das vazões derivadas e do nível de água. O outorgado deverá apresentar, nas sedes ou escritórios de apoio das Diretorias de Bacia Hidrográfica do DAEE onde foi protocolada a documentação referente aos pedidos de outorga de usos, o registro desses dados, bem como análise físico-química e bacteriológica da água conforme os anexos I, VII e X, mais o parâmetro pH da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de 14/12/2011, anualmente ou sempre que solicitado.

ARTIGO 3º - Fica a outorgada obrigada a:

- 1- operar as obras, segundo as condições que venham a ser determinadas pelo DAEE;
- 2- manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;
- 3- responder, civilmente, por danos causados à vida, à saúde, e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão da manutenção, operação ou funcionamento das obras, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada.
- 4- responder por todos os encargos relativos à execução de serviços ou obras e a implantação de equipamentos ou mecanismos, necessários a manter as condições acima, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério do DAEE, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;

ARTIGO 4º - Esta outorga deverá, obrigatoriamente, permanecer no local onde foram autorizados os usos e/ou interferências nos recursos hídricos, citados nesse documento, para fins de fiscalização.

ARTIGO 5º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a consequente aplicação das penalidades previstas na Portaria DAEE nº 1/98, que regulamentou os artigos 11 a 13 da Lei Estadual nº 7663/91.

ARTIGO 6º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:  
I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;  
II - na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA,  
aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

  
RICARDO DARUIZ BORSARI  
Superintendente

Publicado no D.O.E. de **06/06/2017**





**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**

Rua Butantã, 285 - 5º andar - Telefone 814.9011 - CEP 05424-140 - São Paulo-SP

OFÍCIO/SCG nº 230/2000  
(Autos n.º 9300690/2000 -DAEE)

São Paulo, 16 de fevereiro de 2.000

Prezado Prefeito:

De ordem do Senhor Engenheiro Arnaldo Pereira da Silva, Respondendo pelo Expediente da Superintendência, encaminhamos a Vossa Excelência, cópia do despacho de 11/02/2000, pelo qual foi concedido autorização para implantação de seu empreendimento, ressaltando que dessa autorização não confere a seu titular o direito de uso/e ou interferência nos recursos hídricos, bem como Portaria DAEE nº 096, de 11/02/2000, publicada no D.O.E. de 12/02/2000, para fins de regularização de vazão, no Município de Orlândia.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e consideração.

  
**CLOVIS ROBERTO DA CUNHA**  
Chefe de Gabinete

Excelentíssimo Senhor  
**JOÃO HENRIQUE ORSI**  
D.D. Prefeito Municipal de  
Orlândia - SP  
NS/mha





## SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS

### DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Butantã 285 - 5º andar - tel. 814-1766 - CEP 05424-140 - São Paulo - SP

PORTARIA DAEE Nº 096, DE 11 DE JANEIRO DE 2000.

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução ao requerimento constante dos autos nº 9300690 - DAEE,

#### DETERMINA

ARTIGO 1º - Fica outorgada à Prefeitura Municipal de Orlândia, CGC nº 45.351.749/0001-11, autorização administrativa para fins de regularização de vazão, interferindo em recursos hídricos, conforme abaixo relacionado:

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM		MC	Prazo
		N	E		(anos)
Barramento	Córrego dos Palmitos	7707,10	200,11	45	30

ARTIGO 2º - Os usos e/ou interferências nos recursos hídricos acima outorgados, deverão estar de acordo com a legislação municipal, referente ao uso e ocupação do solo, e/ou ainda estar de acordo com a legislação estadual e federal, referentes à proteção ambiental (artigo 2º da lei 4771/65 - Código Florestal) e à poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), atendendo às exigências dos órgãos responsáveis nos aspectos de sua competência e especificamente:

- Ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN;
- À Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB.

ARTIGO 3º - Fica a autorizada obrigada a:

- 1 - operar as obras, segundo as condições que venham a ser determinadas pelo DAEE;
- 2 - manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;
- 3 - responder, civilmente, por danos causados à vida, à saúde, e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão da manutenção, operação ou funcionamento das obras, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada.
- 4 - responder por todos os encargos relativos à execução de serviços ou obras e a implantação de equipamentos ou mecanismos, necessários a manter as condições acima, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério do DAEE, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;
- 5 - manter a jusante a vazão mínima natural.

ARTIGO 4º - Esta outorga deverá, obrigatoriamente, permanecer no local onde foram autorizados os usos e/ou interferências nos recursos hídricos citados neste documento, para fins de fiscalização.

ARTIGO 5º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas na Portaria DAEE nº 001/98, que regulamentou os artigos 9º a 13 da Lei Estadual 7663/91.

ARTIGO 6º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;
- II - na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.





SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Butantã 285 - 5º andar - Tel. 814-1766 - CEP 05424-140 - São Paulo - SP

Despacho do Superintendente do DAEE de 11 / 02/2000.

**" IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO "**

À vista do Decreto Estadual 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE nº 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da Diretoria da Bacia do Pardo Grande, inserto no autos DAEE nº 9300690, ficam aprovados os estudos apresentados com uso e/ou interferência em recursos hídricos superficiais, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de viabilizar instalações do sistema de água e esgotos sanitários, requerida pela Prefeitura Municipal de Orlândia, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM		MC	VAZÃO
		N	E		
Captação	Córrego dos Palmitos	7707,17	200,05	45	290,00
Lançamento	Ribeirão do Agudo	7705,17	197,80	45	

I - Esta autorização não confere a seu titular o direito de uso e/ou interferência nos recursos hídricos, tendo validade de até 3 anos da data de sua publicação.

II - Esta autorização, não desobriga o outorgado, a requerer a aprovação municipal, referente à legislação de uso e ocupação do solo, e/ou o atendimento a legislação estadual e federal, referente ao controle de poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), e à proteção ambiental (artigo 2º da Lei 4771/65 - Código Florestal), para viabilizar este empreendimento.

  
JOSÉ BERNARDO ORTIZ  
Superintendente





**PARECER TÉCNICO  
FLORESTAL**

1. N°. 069/99 E.T. RP 2. N° PROCESSO. SMA 81.420/99

3. Nome do proprietário. Prefeitura Municipal de Orlândia 4. CIC ou CGC. 45.351.749/0001-11

5. Denominação do imóvel. sem denominação 6. Área total da Propriedade. 12,1 ha

7. Localização da propriedade (bairro, distrito, loteamento). Zona Rural 8. Município. Orlândia/SP.

9. Objeto do Parecer/finalidade. construção de lagoa para tratamento de esgoto 10. Área total do empreendimento. 12,1 ha

11. Descrição da Área do empreendimento:		Área (em ha)	
Com vegetação natural - Tipo de Vegetação	Estágio de Sucessão	fora de APP	dentro
*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****
Com outros usos			
área agrícola		12,1	*****
*****		*****	*****
*****		*****	*****
Área total do empreendimento			
*****		12,1	*****

12. Em relação à Área de Proteção nas Mananciais, a propriedade está ( ) inserida (X) não inserida.

13. Em relação à(s) Unidade(s) de Conservação, a propriedade está ( ) inserida ( ) no entorno (X) não interfere.

Qual(is)?

14. Considerando a finalidade requerida na área do empreendimento, concluímos:

Trata-se de obra pública de interesse social cuja regularidade fica vinculada as seguintes medidas:

1-) Abandono e isolamento da faixa de preservação permanente para regeneração natural da mata ciliar.\* 2-) Uma cortina vegetal ao redor da obra, através do plantio e manutenção de árvores nativas em espaçamento não superior a 3,5 metros entre as mudas\*. - 3-) Regularização junto ao DAEE e CETESB.

Obs.: Serão utilizados emissários já existentes para o desague no córrego, não necessitando de intervenção na preservação permanente.

\* Conforme Termo de Compromisso nº 183/99

15. Local e Data

Ribeirão Preto 13 de outubro de 1999.

16. Assinatura do Florestal

O PRESENTE PARECER NÃO SE CONSTITUI EM AUTORIZAÇÃO E NÃO COMPROVA O DOMÍNIO DA PROPRIEDADE





## TERMO DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

1. N°. 183/99		2. E.T. RP
3. PROCESSO / N° DO ALA SMA 81.420/99		
4. Nome do proprietário. Prefeitura Municipal de Orlândia		5. CIC ou CGC. 45.351.749/000-11
6. Inscrição ou RG. *****	7. Estado civil. ****	8. Profissão. *****
9. Endereço. Praça Coronel Orlando, 600		10. CEP. 14.620-000
12. Nome do procurador ou representante legal. Jarbas Vianna		11. Fone. 826-0777
15. Denominação da propriedade. sem denominação		13. CIC. 04205506821
17. Localização da propriedade (bairro, distrito, loteamento). Zona Rural		14. RG. 14.373.979
19. Cartório de Registro de Imóveis.	20. N°(s) registro(s) ou matrícula(s).	16. Área total da propriedade. 12,1 ha
		18. Município. Orlândia
		21. Área a Recuperar (ha). 1,35 ha
22. Medidas a serem executadas: <p>Pelo presente termo o(s) interessado(s) abaixo assinado(s) compromete(m)-se, em prazo máximo de ( = ) meses, a contar desta data, a executar as medidas abaixo descritas, visando a recuperação da área acima indicada, fazendo-o sempre bom, firme e valioso:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Abandono e isolamento da área de preservação permanente, indicada conforme planta anexa, ao acesso do fogo, gado ou de qualquer outra atividade que venha a impedir ou dificultar a regeneração natural da vegetação nativa. Prazo: 60 dias.</li><li>- Implantar uma cortina vegetal ao redor da obra através do plantio e manutenção de árvores nativas em espaçamento não superior a 3,5 metros entre as mudas. Prazo: 6 meses.</li></ul>		
23. O presente compromisso terá eficácia de título executivo extra judicial, nos termos do Art. 585, II, do Código de Processo Civil, podendo o acordo ser diretamente executado pelo Estado, sem necessidade de ação de conhecimento para declaração de obrigação de realizá-lo.		
24. Autoridade Florestal  Oswaldo José Bruno Eng. Agr. - DEPRN CREA n.º 159.721/0	25. Proprietário(s)/procurador ou representante legal 	
26. Testemunha 	27. Data. Ribeirão Preto, 26 de outubro de 1999.	
28. Testemunha 		



# CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente certidão, extraída do processo reprográfico, foi expedida de acordo com o 1.º do Art. 19, da Lei n.º 6.015, de 31.12.73, alterada pela Lei n.º 8.216, de 31.12.75, estando de conformidade com o original constante da matrícula n.º 14.953, de 28/02/2000, livro Registro Geral 2-BH, deste Cartório de Orlândia, 28 de Fevereiro de 2000

*[Assinatura]*  
Alessandro José Balan Nascimento/aaf.  
-Substituto do Oficial-

CARTÓRIO REGISTRO IMÓVEIS - SP	
ANEXOS ORLÂNDIA - SP	
Valor cobrado pelo	<u>certidão</u>
Ao serventário Cx	6,71
Ao Estado Cx	2,14
Ao IPESP Cx	1,34
Outros Cx	-
Total Cx	10,19
Recibo	<i>[Assinatura]</i> (Responsável)

selos p/ verba  
guia nº 041/2000

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS COMARCA DE ORLÂNDIA - ESTADO SÃO PAULO  
Praça Mario Furtado, 223 - Cx. Postal 15  
CEP 14.620-000 - Fone/Fax: (016) 726-6298  
Oficial - HAROLDO JÁDER MORANDINI

2º Tabelião de Notas de Orlândia  
Av. 2, n. 409 - Tel (16) 726 3999 RONALDO RODRIGUES MACHADO - TABELIÃO  
AUTENTICO a presente copia extraída nestas notas, conforme original, DOU FE'. Orlândia, 01/03/2000. Total R\$ 0,91  
Roberto R. Machado - Tab. Subst. - Rozilda R. Machado - Escr. Sub.  
VÁLIDO SOLENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Roberto Rodrigues Machado  
Tabelião Substituto

RG: 4.192.782-SP - Orlândia - SP  
Firma no Tabelião Ubaldino  
Rua da Glória, 98 - São Paulo - SP